

Escalada fiscal ainda parece longe do fim

Rogério L. Furquim Werneck*

Há muito a economia brasileira vem sendo submetida a brutal elevação de carga tributária. A conta, em números redondos, é simples. Comparando-se a carga de 2006, estimada em 38% do produto interno bruto (PIB), com o patamar médio de 25% do PIB observado no triênio anterior ao Plano Real (1991-93), constata-se que nos últimos 13 anos a carga tributária vem sofrendo um aumento médio de um ponto percentual do PIB a cada ano. A essa altura, contudo, parecem cada vez mais remotas as chances de que essa escalada possa ser sustada e revertida já no próximo governo. Para isso, seriam necessárias medidas que mostrassem quebra estrutural do regime fiscal que, ao longo de três mandatos presidenciais, vem permitindo um crescimento explosivo dos gastos primários dos três níveis de governo. Mas sobram evidências de que há sérias resistências no Planalto à adoção de tais medidas. O mais provável é que o governo acabe anunciando providências bem mais tímidas do que as que seriam requeridas para sustar a expansão do dispêndio primário como proporção do PIB. Diante desse quadro pouco promissor, há quem se agarre ao argumento de que as resistências do governo a um ajuste fiscal mais determinado terão de ser necessariamente superadas, porque a carga tributária já atingiu o limite do possível. Não haveria como aumentá-la ainda mais. Ledo engano. A escalada fiscal não só continua viável, como ainda parece estar longe do fim. O que vai custar à economia é outra história.

A ilusão de que a carga tributária bateu no teto é em parte alimentada por uma interpretação apressada da fragorosa derrota do governo na votação da Medida Provisória 232, em fevereiro de 2005. O episódio tem sido saudado em prosa e verso como um divisor de águas na reação da sociedade à voracidade do Fisco. Pouca atenção, contudo, vem sendo dada nessa interpretação ao fato que a tributação mais pesada da MP 232 atingiria prestadores de serviços -- contribuintes especialmente influentes e bem posicionados, com grande capacidade de mobilização política. É pouco provável que se veja resistência tão tenaz no Congresso, se o governo vier a propor elevação de alíquotas de tributos de incidência mais difusa, como tantas vezes fez no passado. Ainda mais se a proposta estiver vinculada à viabilização de projetos "inadiáveis". E é bom ter em mente que, se as articulações políticas do Planalto tiverem sucesso, o governo poderá contar com apoio bastante amplo no Congresso. Pelo menos no início do próximo mandato.

Mas, mesmo que se deixe de lado a possível elevação de alíquotas, ainda há boas razões para se refutar a idéia de que a carga tributária bateu no teto. Está em curso no País uma nova e revolucionária onda de modernização e racionalização da arrecadação

tributária, fadada a ter desdobramentos extremamente importantes. É mais do que sabido que nos últimos anos houve avanços espetaculares da informatização, tanto nas empresas e como nas máquinas fazendárias dos três níveis de governo. A novidade é que esses dois processos, que, em grande medida, avançaram de forma independente, estão sendo agora integrados pela internet, com a disseminação da nota fiscal eletrônica. Isso deverá facilitar em muito o combate à sonegação e à corrupção e ter grande impacto sobre o desempenho da arrecadação. Não é só a Secretaria da Receita Federal que está empenhada em disseminar o uso na nota fiscal eletrônica. Na esfera estadual, os governadores eleitos e reeleitos estão todos fascinados com os ganhos de receita que a nota fiscal eletrônica poderá propiciar. Embora não possa ser amplamente disseminada da noite para o dia, tal inovação abre a perspectiva de um aumento importante de arrecadação que os três níveis de governo estarão empenhados em explorar tão rapidamente quanto possível, ao longo dos próximos anos.

O ideal seria que a diminuição da sonegação, com conseqüente ampliação da base fiscal, abrisse espaço para uma redução criteriosa e abrangente de alíquotas no sistema tributário. Mas, a essa altura, quem acredita de fato nessa redução? O mais provável é que o gasto público continue em expansão e que em breve a carga tributária chegue a 40% do PIB.

Que perspectivas de crescimento terá a economia com tal nível de extração fiscal?

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.